

A CONTRATAR

ITEM	LOTE ÚNICO				
	OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
	Hora técnica para serviço de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médico hospitalares, odontológicos e fisioterápicos.	Hora	400	R\$	R\$
	Peças e componentes para manutenção preventiva e corretiva, equipamentos médico hospitalares, odontológicos, fisioterápicos, instalados no Centro de Atenção à Saúde do Servidor – CASS.	R\$	1	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
	VALOR TOTAL DO LOTE				

Objeto da Disputa/Lance: O critério de julgamento e a disputa do certame (fase de lances) serão focados exclusivamente no considerando o valor unitário da hora técnica ofertada, conforme o Item 1 da Tabela.

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social:
Nome Fantasia:
CNPJ:
Endereço:
CEP: Cidade/UF: Telefones:
E-mail:
Declaro a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.
Prazo de validade da cotação:
Local e data - . / /

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
SECRETARIA ADJUNTA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 055/2026 - COMPRASGOV nº 90055/2026 - CGE - SEI Nº 4004.017436.00106/2024-10
Objeto: Aquisição de equipamentos e infraestrutura de rede com serviços correlatos de instalação, configuração, testes de aceitação, garantia e suporte técnico, visando à modernização do parque computacional da Controladoria-Geral do Estado do Acre (CGE) e a implementação da conectividade segura e estável na nova sede. O objeto compreende, de forma integrada a aquisição de computadores desktop e notebooks, servidores para datacenter, nobreaks, switches gerenciáveis, roteador, access points, sistema de vigilância por NVR e câmeras IP, bem como todos os insumos, licenças e materiais necessários ao pleno funcionamento.
A DIVISÃO DE PREGÃO torna público que fica suspenso o Processo Licitatório acima mencionado, previamente marcado para o dia 27/02/2026 às 09h15min (horário de Brasília), publicado no Diário Oficial do Estado, no Jornal Opinião e nos sites, www.licitacao.ac.gov.br e www.comprasnet.gov.br, UASG: 927996, em razão de haver pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações, pendentes de resposta do órgão demandante.
Rio Branco-AC, 26 de Fevereiro de 2026.

Joelson Queiroz Souza Amorim
Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD S
ECRETARIA ADJUNTA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SELIC

TERMO DE REVOGAÇÃO Nº 1/2026/SESACRE
O Secretário, no uso de suas atribuições legais, torna público, com fundamento no artigo 246, do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, e, considerando o Despacho nº 389/2026/SESACRE-

-DEPRCA (0019573335), solicito a REVOGAÇÃO, por INTERESSE DAADMINISTRAÇÃO, do Chamamento Público nº. 005/2025, cujo objeto é "Chamamento Público a Seleção pública de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS), para celebração de Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado de Saúde do Acre – SESACRE, visando o gerenciamento, à operacionalização e à execução das ações e serviços de saúde médico-hospitalar de média e alta complexidade, bem como dos serviços não assistenciais, incluindo o gerenciamento da estrutura física, de recursos humanos e do fornecimento de bens e insumos necessários ao pleno funcionamento de forma ininterrupta (24 horas por dia) do Hospital de Clínicas Raimundo Chaar – HCRC, localizado na Avenida Prefeito Rolando Moreira, nº 920, Centro, Brasília/AC, visando à execução de ações e serviços de saúde de interesse público e recíproco. A parceria compreenderá a transferência de recursos financeiros públicos para custeio e investimento, conforme condições estabelecidas no Edital, com o objetivo de promover maior eficiência, qualidade e resolutividade na prestação de serviços à população".
Rio Branco-AC, 26 de Fevereiro de 2026.

PEDRO PASCOAL DUARTE PINHEIRO ZAMBON
Secretário de Estado de Saúde
Decreto nº 09-P, de 1º de Janeiro de 2023

SEAGRI

ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

Portaria SEAGRI Nº 15, DE 26 DE fevereiro DE 2026
Regulamenta os procedimentos administrativos internos aplicáveis às fases de habilitação, credenciamento e contratação, no âmbito do Edital de Credenciamento nº 01/2026/PECAFES/SEAGRI.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 12.457-P/2026, de 08 de fevereiro de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado on-line nº 14.202, de 09 de fevereiro de 2026.
Considerando a Lei Estadual nº 4.516, de 03 de janeiro de 2025, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 11.788, de 11 de novembro de 2025, que institui o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária - PECAFES;
Considerando o Edital de Credenciamento nº 01/2026/PECAFES/SEAGRI, para o fornecimento de mudas de café (Coffea canephora) híbrido clonal e de mudas seminais e clonais de cacau (Theobroma cacao); e
Considerando o constante dos autos do Processo nº 0853.013720.00193/2025-31.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar os procedimentos administrativos internos relativos às fases de habilitação, credenciamento e contratação, no âmbito do Edital de Credenciamento nº 01/2026/PECAFES/SEAGRI, na forma desta portaria.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 2º - A presente portaria tem por finalidade disciplinar os procedimentos administrativos internos a serem observados no âmbito da SEAGRI para a execução das fases de habilitação, credenciamento e contratação, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2026/PECAFES/SEAGRI.
Art. 3º - O credenciamento terá caráter contínuo, podendo os interessados apresentar manifestação de interesse a qualquer tempo à Comissão do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária no Estado do Acre - PECAFES, enquanto vigente o Edital de Credenciamento nº 01/2026/PECAFES/SEAGRI.
Art. 4º - O credenciamento concedido nos termos desta portaria terá vigência vinculada à vigência do Edital de Credenciamento nº 01/2026/PECAFES/SEAGRI, permanecendo válido enquanto subsistirem as condições de habilitação e aptidão que fundamentaram a sua concessão.
Art. 5º - As disposições desta portaria possuem natureza procedimental e organizacional, não criando novas exigências de habilitação, não alterando critérios estabelecidos no edital, nem gerando direito subjetivo à contratação.
Art. 6º - A execução dos procedimentos regulamentados por esta portaria deverá observar, de forma cumulativa:
I - o Edital de Credenciamento nº 01/2026/PECAFES/SEAGRI;
II - o Termo de Referência e demais anexos do edital;
III - a legislação aplicável ao PECAFES; e
IV - os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia e motivação dos atos administrativos.
CAPÍTULO II
DA FASE DE HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO
Seção I
Dos documentos exigidos para habilitação
Art. 7º - Para fins de habilitação no credenciamento, os interessados deverão apresentar, conforme sua natureza jurídica, os documentos exigidos no Edital de Credenciamento nº 01/2026/PECAFES/SEAGRI, compreendendo, no mínimo:

- I - documentação relativa à habilitação jurídica;
 - II - documentação comprobatória da regularidade fiscal e trabalhista;
 - III - documentos de qualificação técnica, inclusive comprovação de atendimento às exigências fitossanitárias e ao registro no RENASEM;
 - IV - comprovação da capacidade operacional, compatível com o objeto do credenciamento;
 - V - apresentação do Plano de Produção e do Plano de Venda;
 - VI - documentos específicos exigidos para cooperativas, quando aplicável.
- § 1º A documentação deverá ser apresentada juntamente com a manifestação de interesse, podendo ser atualizada sempre que necessário, nos termos do edital.
- § 2º A análise documental limitar-se-á estritamente às exigências previstas no edital, não podendo esta portaria ser utilizada para ampliação ou restrição de requisitos.

Seção II

Da instauração e da instrução inicial

Art. 8º - A fase de habilitação e credenciamento terá início com o recebimento, pela Comissão de Credenciamento do PECAFES, da manifestação de interesse, acompanhada da documentação exigida no Edital de Credenciamento n.º 01/2026/PECAFES/SEAGRI.

Art. 9º - Para cada interessado será instaurado processo administrativo individualizado, vinculado ao processo administrativo principal do Edital de Credenciamento n.º 01/2026/PECAFES/SEAGRI, destinado à análise da habilitação e à verificação da aptidão para o credenciamento.

Art. 10. - A instrução processual observará rigorosamente as disposições do edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável, sendo vedada a exigência de documentos ou requisitos não previstos.

Seção III

Da pré-análise documental

Art. 11. - Após o recebimento da documentação e a instauração do processo administrativo indicado no art. 9º, a Comissão de Credenciamento realizará a pré-análise da documentação apresentada, com a finalidade de verificar a conformidade com as exigências do edital.

Art. 12. - A pré-análise terá caráter formal e objetivo, restringindo-se à verificação do atendimento aos requisitos de habilitação previstos no edital, sendo vedada qualquer avaliação subjetiva ou comparativa entre os interessados.

Parágrafo único. A pré-análise constitui etapa instrutória do procedimento de habilitação e credenciamento e poderá resultar:

- I - na constatação de conformidade documental prévia; ou
- II - na identificação de pendências ou inconformidades sanáveis, a serem tratadas na forma desta portaria; ou
- III - excepcionalmente, no indeferimento da solicitação de credenciamento, quando, oportunizado o saneamento, as pendências ou inconformidades identificadas não forem devidamente sanadas, mediante decisão administrativa devidamente motivada.

Seção IV

Da conformidade, das pendências e do saneamento

Art. 13. - Concluída a pré-análise documental, não havendo pendências ou inconformidades, a Comissão de Credenciamento exarará Documento de Conformidade Documental Prévia, atestando o atendimento formal às exigências de habilitação previstas no Edital de Credenciamento n.º 01/2026/PECAFES/SEAGRI.

Art. 14. - O Documento de Conformidade Documental Prévia constitui ato administrativo instrutório, por meio do qual a Comissão de Credenciamento atesta o atendimento formal às exigências de habilitação previstas no edital, não implicando decisão final sobre o credenciamento.

Art. 15. - Constatada, na forma do art. 12, a existência de pendências ou inconformidades sanáveis, o interessado será formalmente notificado para promover a correção ou complementação da documentação no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da ciência da notificação.

§ 1º Durante o prazo concedido para saneamento, o processo permanecerá sobrestado, não sendo encaminhado às etapas subsequentes do procedimento.

§ 2º O disposto no caput aplica-se igualmente às pendências ou inconformidades apontadas quando do retorno do processo após a ratificação da SELIC.

Art. 16. - O não saneamento das pendências ou inconformidades no prazo estabelecido poderá ensejar a emissão de documento técnico indicando o indeferimento do credenciamento, devidamente motivado.

Parágrafo único. O indeferimento será formalmente comunicado ao interessado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, nos termos do edital e da legislação vigente.

Seção V

Do encaminhamento para ratificação

Art. 17. - O Documento de Conformidade Documental Prévia será encaminhado ao Gabinete do Secretário, para fins de remessa do processo à SELIC, visando à ratificação da análise documental.

Art. 18. - O encaminhamento do processo à SELIC não implica reconhecimento de direito ao credenciamento, constituindo-se em ato instrutório da fase de habilitação.

Art. 19. - Na hipótese de o processo retornar da SELIC com apontamento de pendências ou solicitações de complementação documental, a Comissão de Credenciamento adotará os procedimentos de saneamento previstos nos arts. 14 e 15 desta portaria.

§ 1º Sanadas as pendências apontadas pela SELIC, o processo prosseguirá

regularmente para as etapas subsequentes do procedimento de habilitação e credenciamento, dispensado novo encaminhamento à SELIC, salvo se houver determinação expressa em sentido diverso.

§ 2º O saneamento realizado na forma do § 1º será devidamente registrado nos autos, com manifestação técnica da Comissão de Credenciamento quanto à regularização das pendências.

Art. 20. - Após a ratificação pela SELIC, etapa obrigatória da fase de habilitação, ou após o saneamento de pendências na forma do art. 19, considerada superada a etapa de ratificação, o processo retornará à Comissão de Credenciamento para prosseguimento da fase de habilitação e credenciamento, com adoção das providências subsequentes.

Seção VI

Da visita técnica

Art. 21. - Após a ratificação pela SELIC, será realizada visita técnica ao viveiro do interessado, com a finalidade de verificar as condições reais de produção e a capacidade operacional e de venda do mesmo.

Art. 22. - A visita técnica será previamente comunicada ao viveirista, por meio de notificação formal, contendo, no mínimo, a finalidade da visita, a data prevista, o período estimado e a identificação da equipe técnica responsável.

Art. 23. - A visita técnica poderá ser reagendada uma única vez, mediante justificativa formal apresentada pelo interessado ou por motivo devidamente justificado pela Administração, ressalvada situação excepcional autorizada pela autoridade competente.

§ 1º A ausência injustificada do interessado ou de seu representante não impedirá a realização da visita técnica, desde que regularmente comunicada, devendo tal circunstância ser registrada em relatório.

§ 2º Na hipótese de reagendamento da visita técnica, caso esta não ocorra por fato imputável ao interessado, caracterizada pela ausência injustificada, pela negativa de acesso ao viveiro ou pela inviabilização da verificação técnica, a Comissão de Credenciamento:

- I - registrará a ocorrência em relatório circunstanciado; e
- II - emitirá documento técnico indicando o indeferimento do credenciamento, devidamente motivado.

§ 3º O indeferimento previsto no § 2º será formalmente comunicado ao interessado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, nos termos do edital e da legislação vigente.

Seção VII

Da verificação da capacidade e da readequação do Plano de Venda

Art. 24. - Caso, durante a visita técnica, seja constatado que a capacidade real de produção e de venda é inferior àquela indicada no Plano de Venda, será solicitada a readequação do referido plano, de modo a torná-lo compatível com a capacidade efetivamente verificada.

Parágrafo único. A readequação do Plano de Venda somente será exigida quando identificada capacidade inferior à declarada, não sendo aplicada nos demais casos.

Seção VIII

Dos relatórios técnicos e da atuação do responsável técnico

Art. 25. - A visita técnica prevista nesta portaria será realizada por membro da Comissão de Credenciamento do PECAFES, designado para tal finalidade no respectivo processo administrativo, nos termos da portaria de designação da Comissão.

Art. 26. - A designação do membro responsável pela visita técnica observará, sempre que possível, a compatibilidade entre sua formação, atribuições e o objeto do credenciamento, devendo ser registrada nos autos do processo administrativo correspondente.

Art. 27. - Da visita técnica resultarão, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- I - a Certidão de Aptidão de Produção; e
 - II - o Relatório Técnico de Verificação da Capacidade de Venda.
- Art. 28. - A Certidão de Aptidão de Produção terá por finalidade atestar a aptidão técnica do viveiro para a produção das mudas objeto do credenciamento, com base nas condições verificadas durante a visita técnica.
- Art. 29. - A Certidão de Aptidão de Produção deverá conter, no mínimo:
- I - identificação do viveiro e do responsável técnico ou legal;
 - II - localização do viveiro;
 - III - espécies e variedades aptas à produção, conforme o objeto do credenciamento;
 - IV - síntese das condições estruturais e operacionais verificadas;
 - V - indicação expressa da aptidão ou inaptidão para a produção;
 - VI - data da visita técnica;
 - VII - identificação e assinatura dos responsáveis técnicos pela vistoria.

Parágrafo único. A Certidão de Aptidão de Produção não implicará reconhecimento automático de direito ao credenciamento, constituindo-se em elemento técnico instrutório do processo.

Art. 30. - Para fins de avaliação técnica dos viveiros, a visita técnica observará, como parâmetros orientadores, sem caráter ampliativo das exigências editalícias:

- I - conformidade do material propagativo com o objeto previsto no edital;
- II - adequado estado fitossanitário das mudas, livres de pragas e doenças;
- III - sistema radicular bem desenvolvido e compatível com o estágio de produção;
- IV - ausência de injúrias ou danos estruturais;

V - compatibilidade entre a capacidade produtiva verificada e o Plano de Produção apresentado;

VI - observância de boas práticas de manejo de viveiro.

§ 1.º Para viveiros de café (*Coffea canephora*), poderão ser observados, adicionalmente, parâmetros relacionados à uniformidade genética e à qualidade do material clonal, quando aplicável.

§ 2.º Para viveiros de cacau (*Theobroma cacao*), poderão ser observados, adicionalmente, parâmetros relacionados à sanidade vegetal, à qualidade morfológica e à adequação do sistema de produção às boas práticas agronômicas.

§ 3º Os parâmetros previstos neste artigo possuem natureza técnica orientadora e não configuram criação de novas exigências além daquelas previstas no edital.

Art. 31. - O Relatório Técnico de Verificação da Capacidade de Venda terá por finalidade avaliar a compatibilidade entre a capacidade real de produção e a capacidade de venda declarada no Plano de Venda apresentado pelo interessado.

Art. 32. - O Relatório Técnico de Verificação da Capacidade de Venda deverá conter, no mínimo:

I - identificação do interessado e do viveiro vistoriado;

II - referência ao Plano de Venda apresentado;

III - descrição da capacidade produtiva verificada in loco;

IV - análise comparativa entre a capacidade declarada e a capacidade efetivamente constatada;

V - indicação da capacidade máxima de venda compatível com a estrutura verificada;

VI - manifestação técnica quanto à necessidade ou não de readequação do Plano de Venda;

VII - conclusão técnica fundamentada;

VIII - data da visita técnica;

IX - identificação e assinatura dos responsáveis técnicos pela elaboração do relatório.

Parágrafo único. O Relatório Técnico de Verificação da Capacidade de Venda servirá de base técnica para eventual solicitação de readequação do Plano de Venda e para a decisão quanto à viabilidade do credenciamento.

Seção IX

Da decisão final de habilitação e credenciamento

Art. 33. - Concluídas todas as etapas da fase de habilitação e credenciamento, inclusive a pré-análise documental, o saneamento de pendências, a ratificação pela SELIC, a realização da visita técnica e a emissão dos relatórios técnicos, a Comissão de Credenciamento procederá à análise final do processo administrativo, formalizando sua manifestação por meio de Nota Técnica de caráter conclusivo.

Art. 34. - A decisão final será necessariamente fundamentada nos seguintes elementos:

I - na documentação de habilitação apresentada pelo interessado;

II - no Documento de Conformidade Documental Prévia e na ratificação da SELIC;

III - na Certidão de Aptidão de Produção;

IV - no Relatório Técnico de Verificação da Capacidade de Venda;

V - no Plano de Produção e no Plano de Venda vigentes, quando aplicável.

Art. 35. - Da análise final poderá resultar:

I - manifestação pela viabilidade do credenciamento, quando comprovado o atendimento integral às exigências do edital e a aptidão técnica e operacional do interessado; ou

II - manifestação pelo indeferimento do credenciamento, quando constatado o não atendimento às exigências do edital, a inaptidão técnica ou operacional, ou a impossibilidade de verificação da capacidade do interessado.

Art. 36. - A manifestação pela viabilidade do credenciamento será formalizada por meio de documento técnico conclusivo, a ser encaminhado ao Gabinete do Secretário para fins de elaboração e publicação da portaria de Credenciamento.

Art. 37. - A manifestação pelo indeferimento do credenciamento será formalizada por meio de documento técnico devidamente motivado, com indicação clara dos fundamentos fáticos e normativos da decisão.

§ 1º O indeferimento do credenciamento será formalmente comunicado ao interessado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, nos termos do edital e da legislação vigente.

§ 2º O indeferimento do credenciamento não possui natureza sancionatória, constituindo-se em juízo administrativo de inaptidão para fins de credenciamento.

Art. 38. - O credenciamento somente se aperfeiçoa com a publicação da Portaria de Credenciamento, não gerando a habilitação ou a decisão de viabilidade, por si só, direito subjetivo à contratação.

Seção X

Da reapresentação de solicitação após indeferimento

Art. 39. - O indeferimento do credenciamento não impede que o interessado apresente nova solicitação de habilitação e credenciamento, desde que sanadas as causas que motivaram o indeferimento.

Art. 40. - A nova solicitação deverá ser autuada em processo administrativo individualizado, vinculado ao processo administrativo principal do Edital de Credenciamento n.º 01/2026/PECAFES/SEAGRI e ao processo administrativo anterior que resultou no indeferimento, para fins de controle, rastreabilidade e transparência.

Art. 41. - A nova solicitação submeter-se-á integralmente às regras e às eta-

pas previstas no edital e nesta portaria, sem reaproveitamento automático de documentos, relatórios ou decisões anteriormente proferidas.

Parágrafo único. Poderão ser aproveitados, a critério da Administração, atos instrutórios e documentos ainda válidos à época da nova solicitação, desde que compatíveis com a nova solicitação e com as causas do indeferimento anteriormente constatadas.

Seção XI

Da ordem de credenciamento

Art. 42. - O credenciamento dos interessados ocorrerá sem caráter competitivo, não sendo estabelecida ordem classificatória ou de preferência entre os habilitados.

Art. 43. - Para fins exclusivamente administrativos e de registro, a Comissão de Credenciamento, no momento da aprovação final do processo, poderá indicar a colocação do interessado na ordem cronológica de credenciamento, a qual será materializada na Portaria de Credenciamento.

Parágrafo único. A ordem cronológica de credenciamento decorre da aprovação final da Comissão, não gerando prioridade, vantagem ou direito subjetivo à contratação, nem se confundindo com os critérios aplicáveis à fase de contratação.

Art. 44. - A contratação dos credenciados observará os critérios previstos no edital e em normativos próprios, independentemente da ordem de credenciamento.

Art. 45. - O credenciado deverá comunicar formalmente à SEAGRI qualquer alteração superveniente em sua situação jurídica, fiscal, técnica ou operacional que possa impactar as condições de habilitação ou a aptidão verificada no credenciamento.

Art. 46. - A omissão na comunicação de alterações relevantes poderá ensejar a instauração de procedimento administrativo para reavaliação do credenciamento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO DO CREDENCIAMENTO

Seção I

Das disposições gerais da gestão

Art. 47. - A gestão do credenciamento compreende o conjunto de procedimentos administrativos destinados à manutenção, atualização, controle e acompanhamento da situação dos credenciados, após a publicação da Portaria de Credenciamento.

Art. 48. - A gestão do credenciamento possui natureza administrativa e organizacional, não se confundindo com a fase de contratação, nem gerando direito subjetivo à celebração de contrato.

Art. 49. - A condição de credenciado pressupõe a manutenção contínua dos requisitos de habilitação, da aptidão técnica e da capacidade operacional que fundamentaram o credenciamento.

Seção II

Da manutenção e atualização cadastral

Art. 50. - O credenciado deverá manter atualizadas todas as informações e documentos que subsidiaram o credenciamento, especialmente aqueles relacionados à sua situação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e operacional.

Art. 51. - Qualquer alteração superveniente que possa impactar as condições de habilitação ou a aptidão verificada deverá ser comunicada formalmente à SEAGRI, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado da ocorrência do fato.

Art. 52. - A atualização cadastral poderá ser solicitada pela Administração a qualquer tempo, mediante comunicação formal ao credenciado, para fins de verificação da manutenção das condições de credenciamento.

Parágrafo único. A análise das informações e documentos atualizados caberá à Comissão de Credenciamento, nos termos de sua portaria de designação.

Seção III

Do acompanhamento e da verificação periódica

Art. 53. - A SEAGRI poderá realizar verificações periódicas ou pontuais com a finalidade de confirmar a manutenção das condições que ensejaram o credenciamento.

Art. 54. - As verificações poderão abranger, conforme o caso:

I - a regularidade da documentação fiscal e trabalhista;

II - a manutenção da capacidade técnica e operacional;

III - a compatibilidade das informações constantes do Plano de Produção e do Plano de Venda;

IV - a permanência das condições estruturais do viveiro.

Parágrafo único. A verificação prevista nesta Seção possui caráter administrativo e instrutório, não se confundindo com fiscalização contratual, a qual somente ocorrerá após a formalização da contratação.

Seção IV

Da suspensão administrativa do credenciamento

Art. 55. - Constatada a perda temporária ou a inconsistência superveniente de requisitos de habilitação ou de aptidão técnica ou operacional, o credenciamento poderá ser suspenso, mediante decisão administrativa da autoridade competente, devidamente motivada.

Art. 56. - A suspensão do credenciamento terá caráter temporário e subsistirá enquanto perdurarem as causas que a motivaram.

§ 1º A suspensão não possui natureza sancionatória.

§ 2º Durante o período de suspensão, o credenciado não será considerado apto para fins de convocação para contratação.

Seção V**Do restabelecimento do credenciamento**

Art. 57. - Sanadas as causas que ensejaram a suspensão, o credenciamento poderá ser restabelecido, mediante comprovação formal e decisão administrativa fundamentada.

Art. 58. - O restabelecimento do credenciamento não implica direito automático à contratação, submetendo-se às regras próprias da fase de convocação.

Seção VI**Do cancelamento do credenciamento**

Art. 59. - O credenciamento poderá ser cancelado quando verificada a perda definitiva dos requisitos de habilitação ou da aptidão técnica ou operacional que fundamentaram sua concessão, mediante decisão administrativa da autoridade competente, devidamente motivada.

Art. 60. - O cancelamento do credenciamento será formalizado por meio de decisão administrativa devidamente motivada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. O cancelamento do credenciamento não possui natureza sancionatória, constituindo-se em consequência administrativa da perda das condições necessárias à permanência no credenciamento.

Seção VII**Dos efeitos da gestão do credenciamento**

Art. 61. - A gestão do credenciamento não altera a natureza jurídica do credenciamento nem os critérios definidos no edital, servindo exclusivamente à organização administrativa e ao planejamento das futuras contratações.

CAPÍTULO IV**DO PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO****Seção I****Das disposições gerais**

Art. 62. - O procedimento de convocação para contratação constitui fase administrativa subsequente ao credenciamento, destinada a viabilizar a formalização de contratações, dentre os credenciados, conforme a necessidade da Administração.

Art. 63. - A convocação para contratação não possui caráter competitivo, não gera direito subjetivo à contratação e não implica obrigação de contratar, observados os critérios definidos no edital, nesta portaria e na legislação aplicável.

Art. 64. - A convocação para contratação será sempre precedida de demanda administrativa formal, encaminhada pela Diretoria técnica competente ao Departamento de Gestão - DEG, e submetida à autorização de tramitação pelo ordenador de despesas da SEAGRI.

Art. 65. - Sempre que possível, o planejamento da demanda observará o calendário agrônomico aplicável à cultura correspondente, especialmente quanto ao período ideal de entrega e plantio das mudas, mediante articulação entre a Comissão do PECAFES e a área técnica especializada.

Art. 66. - A aptidão do credenciado para fins de convocação será aferida de forma específica e circunstancial, vinculada à demanda cuja tramitação tenha sido autorizada, não se presumindo automaticamente em razão do credenciamento.

Art. 67. - A autorização de tramitação da demanda pelo Secretário de Estado de Agricultura, consubstanciada em despacho no processo administrativo correspondente, constitui o marco formal para o prosseguimento do procedimento de convocação para contratação.

Seção II**Da apresentação da demanda e da autorização para tramitação**

Art. 68. - A demanda para contratação será formulada pelo setor técnico competente da SEAGRI, mediante manifestação formal devidamente justificada, e encaminhada ao Departamento de Gestão - DEG.

Art. 69. - Recebida a demanda, o Departamento de Gestão - DEG procederá à análise inicial e encaminhará o processo ao Gabinete do Secretário de Estado de Agricultura para fins de autorização de tramitação.

Parágrafo único. A autorização de tramitação não implica autorização para contratação ou para empenho, constituindo-se em ato administrativo que permite o prosseguimento do procedimento.

Seção III**Da distribuição da demanda e da conformidade documental**

Art. 70. - Autorizada a tramitação da demanda pelo Gabinete do Secretário, o processo será encaminhado à Comissão de Credenciamento do PECAFES para a realização da distribuição da demanda.

Art. 71. - A distribuição da demanda observará prioritariamente as regras estabelecidas no Edital de Credenciamento n.º 01/2026/PECAFES/SEAGRI, especialmente quanto:

I - à priorização da regional definida na demanda administrativa e no Termo de Referência;

II - à distribuição isonômica entre os credenciados aptos da mesma regional, sempre que aplicável;

III - ao respeito aos limites máximos de fornecimento por credenciado, conforme previsto no edital e no Plano de Venda vigente;

IV - à compatibilidade entre a quantidade distribuída e a capacidade produtiva verificada no processo de credenciamento; e

V - às demais condições objetivas expressamente previstas no edital e em seus anexos.

Art. 72. - Na hipótese de insuficiência de credenciados em determinada re-

gional para atendimento integral da demanda, a distribuição poderá alcançar credenciados de outras regionais, nos termos e limites previstos no edital, mediante justificativa técnica devidamente registrada nos autos.

Art. 73. - A distribuição da demanda será realizada exclusivamente com base nos credenciados ativos constantes da Portaria de Credenciamento expressamente indicada pelo Gabinete do Secretário, a qual deverá ser consignada de forma clara e objetiva nos autos do processo administrativo.

Art. 74. - Somente participarão da distribuição da demanda os credenciados que estejam ativos e regularmente credenciados por portaria publicada até a data da autorização de tramitação da demanda pelo Gabinete do Secretário.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se como marco temporal objetivo a data da emissão da Autorização do Gabinete do Secretário para tramitação da demanda no processo administrativo correspondente.

§ 2º Os interessados que venham a ser credenciados após a autorização de tramitação da demanda, ainda que antes da formalização da contratação, não integrarão a distribuição correspondente àquela demanda, permanecendo aptos exclusivamente para demandas futuras.

§ 3º O disposto neste artigo não configura restrição indevida nem afronta o caráter contínuo do credenciamento, constituindo-se em regra procedimental necessária à segurança jurídica, à previsibilidade administrativa e à observância da isonomia entre os credenciados.

Art. 75. - A Comissão de Credenciamento realizará a distribuição da demanda de forma objetiva, impessoal e não competitiva, observando exclusivamente critérios objetivos previamente definidos no edital, não sendo admitida a adoção de critérios diversos ou não previstos.

Parágrafo único. A distribuição não estabelece ordem classificatória entre os credenciados e não gera direito subjetivo à contratação, constituindo-se em etapa preparatória do procedimento de convocação.

Art. 76. - A distribuição da demanda será formalizada em documento técnico próprio, elaborado pela Comissão de Credenciamento, no qual deverão constar, no mínimo:

I - a identificação da demanda;

II - a regional considerada;

III - a Portaria de Credenciamento utilizada como base;

IV - a relação dos credenciados participantes;

V - os quantitativos atribuídos a cada credenciado; e

VI - a indicação expressa dos dispositivos do edital que fundamentaram a distribuição.

Art. 77. - Concluída a distribuição, a Comissão de Credenciamento procederá à juntada, no processo administrativo, da documentação dos credenciados selecionados, exclusivamente para fins de verificação de conformidade formal com o edital e com a Portaria de Credenciamento vigente.

Parágrafo único. A verificação de conformidade documental possui caráter estritamente instrutório, não se confundindo com nova fase de habilitação ou de credenciamento.

Seção IV

Da disponibilidade orçamentária, da verificação de cadastro de credor e da indicação de gestores e fiscais

Art. 78. - Concluída a distribuição da demanda e a verificação de conformidade documental, a Comissão de Credenciamento encaminhará o processo ao Departamento de Gestão - DEG, para adoção das providências relativas à disponibilidade orçamentária e à indicação dos gestores e fiscais dos futuros contratos.

Art. 79. - Compete ao Departamento de Gestão - DEG solicitar a emissão de disponibilidade orçamentária junto à unidade orçamentária competente, com base na demanda distribuída e nos quantitativos definidos pela Comissão de Credenciamento.

Art. 80. - No mesmo ato de encaminhamento para solicitação de disponibilidade orçamentária, o Departamento de Gestão - DEG deverá indicar, nos autos do processo administrativo, os gestores e fiscais responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos a serem formalizados, nos termos da legislação vigente.

Art. 81. - A unidade orçamentária competente, após análise da solicitação, emitirá a disponibilidade orçamentária correspondente e devolverá o processo ao Departamento de Gestão - DEG para prosseguimento do procedimento.

Art. 82. - A inexistência ou a insuficiência de disponibilidade orçamentária poderá ensejar o sobrestamento, a revisão ou o cancelamento da demanda, mediante justificativa devidamente registrada nos autos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não caracteriza indeferimento de credenciamento nem gera direito à indenização, tratando-se de medida decorrente da limitação orçamentária.

Art. 83. - Emitida a disponibilidade orçamentária, para fins de viabilização da emissão de pré-empenho, empenho e pagamento, o Departamento de Gestão - DEG solicitará à unidade financeira competente a verificação da existência de cadastro ativo dos credenciados selecionados como credores junto à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência, irregularidade ou inativação do cadastro de credor, o interessado será formalmente comunicado para promover a regularização, no prazo estabelecido pela Administração.

Art. 84. - Concluídas as providências previstas nos artigos anteriores, o processo será remetido ao Gabinete do Secretário para solicitação de autorização para empenho e posterior contratação, conforme o caso.

Art. 85. - Após a autorização, pelo Gabinete do Secretário, da emissão do empenho e da posterior contratação, o processo retornará ao Departamento de Gestão - DEG, para encaminhamento à unidade competente visando à emissão do pré-empenho.

Art. 86. - Após a emissão do pré-empenho, o processo será encaminhado à unidade financeira competente para a realização do empenho, observadas as normas orçamentárias e financeiras aplicáveis.

Seção V

Da formalização da contratação

Art. 87. - A formalização da contratação constitui a etapa final do procedimento administrativo, condicionada ao cumprimento integral das fases anteriores, à emissão do empenho e à observância das disposições do Edital de Credenciamento n.º 01/2026/PECAFES/SEAGRI e da legislação aplicável.

Art. 88. - A contratação será formalizada por meio de instrumento contratual próprio, observado o modelo e as cláusulas previstas no edital, no Termo de Referência e nos atos normativos aplicáveis.

Art. 89. - Somente poderão ser contratados os credenciados que:

I - tenham participado da distribuição da demanda correspondente;

II - estejam ativos e regulares na data da formalização da contratação;

III - mantenham válidas as condições de habilitação e de aptidão verificadas no credenciamento; e

IV - disponham de empenho regularmente emitido.

Art. 90. - Após regular tramitação, com emissão de nota de empenho correspondentes, o processo será remetido à Divisão de Licitações, Compras e Contratos - DICOMPRAS, para formalização dos contratos, observadas as exigências formais aplicáveis.

Art. 91. - Previamente à formalização da contratação, será realizada verificação final de regularidade, restrita à confirmação da vigência dos documentos exigidos no edital, sem reabertura da fase de habilitação.

Parágrafo único. A verificação prevista no caput possui caráter meramente confirmatório e instrutório.

Art. 92. - A não formalização da contratação, por motivo superveniente devidamente justificado, não gera direito subjetivo à contratação nem à indenização, ainda que tenha havido distribuição da demanda e emissão de empenho.

Art. 93. - A contratação será precedida de publicação do extrato contratual, observadas as normas de publicidade aplicáveis.

Art. 94. - A formalização da contratação não altera o caráter contínuo do credenciamento, nem impede a participação do credenciado em demandas futuras, desde que mantidas as condições de habilitação.

CAPÍTULO V

Das disposições finais e transitórias

Art. 95. - Os casos omissos e as situações excepcionais não previstas nesta portaria serão resolvidos pela autoridade competente, observadas as disposições do Edital de Credenciamento n.º 01/2026/PECAFES/SEAGRI e da legislação aplicável.

Art. 96. - A aplicação desta portaria não afasta nem substitui as competências da Comissão de Credenciamento do PECAFES, da unidade demandante, do Departamento de Gestão - DEG, nem das demais unidades administrativas envolvidas no procedimento.

Art. 97. - Os procedimentos administrativos iniciados antes da vigência desta portaria poderão, quando compatíveis, adequar-se às suas disposições, desde que não haja prejuízo aos atos regularmente praticados.

Art. 98. - A presente portaria não altera as condições, os critérios e as regras estabelecidos no Edital de Credenciamento n.º 01/2026/PECAFES/SEAGRI, possuindo caráter estritamente procedimental e organizacional.

Art. 99. - Esta portaria será interpretada de forma sistemática com o Decreto n.º 11.788/2025 e com o Edital de Credenciamento n.º 01/2026/PECAFES/SEAGRI.

Art. 100. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 101. - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Temyllis Lima da Silva

Secretária de Estado de Agricultura

Decreto n.º 12.457-P

DOE n.º 14.202

SEASDH

Portaria SEASDH Nº 34, DE 25 DE fevereiro DE 2026

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, MAILZA ASSIS CAMELI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio do Decreto Estadual n.º 7.100-P, de 14 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 13.797, de 17 de junho de 2024, em consonância com o Artigo 86 da Constituição do Estado do Acre, de 03 de outubro de 1989, e o disposto no Inciso IX e no Art. 35, da Lei n.º 4.085, de 16 de fevereiro de 2023, que altera a Lei Complementar Estadual n.º 419, de 15 de dezembro de 2022, que estabelece a estrutura básica da administração do Poder Executivo.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora PRISCILLA PEREIRA DE CASTRO, matrícula 9684211, para responder pela Divisão de Programas e Projetos Especiais, desta Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH.

Art. 2º Revoga-se a Portaria SEASDH Nº 189 de 03 de julho de 2025;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio Branco - Ac, 25 de fevereiro de 2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MAILZA ASSIS CAMELI

Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH

DECRETO Nº 7.100-P, DE 14 DE JUNHO DE 2024

DECRETO Nº 7.321-P, DE 04 DE JULHO DE 2024

Portaria SEASDH Nº 35, DE 25 DE fevereiro DE 2026

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, MAILZA ASSIS CAMELI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio do Decreto Estadual n.º 7.100-P, de 14 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 13.797, de 17 de junho de 2024, em consonância com o Artigo 86 da Constituição do Estado do Acre, de 03 de outubro de 1989, e o disposto no Inciso IX e no Art. 35, da Lei n.º 4.085, de 16 de fevereiro de 2023, que altera a Lei Complementar Estadual n.º 419, de 15 de dezembro de 2022, que estabelece a estrutura básica da administração do Poder Executivo.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor FERNANDO DOS SANTOS VERAS, matrícula 9684214, para responder pela Divisão de Prospecção e Captação de Recursos, desta Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH.

Art. 2º Revoga-se a portaria SEASDH nº 248, de 11 de setembro de 2024;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio Branco - Ac, 25 de fevereiro de 2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MAILZA ASSIS CAMELI

Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH

DECRETO Nº 7.100-P, DE 14 DE JUNHO DE 2024

DECRETO Nº 7.321-P, DE 04 DE JULHO DE 2024

Portaria SEASDH Nº 36, DE 25 DE fevereiro DE 2026

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, MAILZA ASSIS CAMELI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio do Decreto Estadual n.º 7.100-P, de 14 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 13.797, de 17 de junho de 2024, em consonância com o Artigo 86 da Constituição do Estado do Acre, de 03 de outubro de 1989, e o disposto no Inciso IX e no Art. 35, da Lei n.º 4.085, de 16 de fevereiro de 2023, que altera a Lei Complementar Estadual n.º 419, de 15 de dezembro de 2022, que estabelece a estrutura básica da administração do Poder Executivo.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor CLÍCIA REGINA SILVA DA COSTA, matrícula 9684202, para responder pela Assessoria Executiva de Planejamento - ASSEP, desta Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH.

Art. 2º Revoga-se a portaria SEASDH nº 245, de 11 de setembro de 2024.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rio Branco - Ac, 25 de fevereiro de 2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

MAILZA ASSIS CAMELI

Secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH

DECRETO Nº 7.100-P, DE 14 DE JUNHO DE 2024

DECRETO Nº 7.321-P, DE 04 DE JULHO DE 2024

Portaria SEASDH Nº 38, DE 26 DE fevereiro DE 2026

Dispõe sobre a homologação da Presidência e Vice-Presidência do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado do Acre (CEPCT).

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, MAILZA ASSIS CAMELI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio do Decreto Estadual n.º 7.100-P, de 14 de junho de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 13.797, de 17 de junho de 2024, em consonância com o Artigo 86 da Constituição do Estado do Acre, de 03 de outubro de 1989, e o disposto no Inciso IX e no Art. 35, da Lei n.º 4.085, de 16 de fevereiro de 2023, que altera a Lei Complementar Estadual n.º 419, de 15 de dezembro de 2022, que estabelece a estrutura básica da administração do Poder Executivo.

Considerando a Ata da Última Reunião Ordinária do Ano de 2025 (0019555024) Considerando o Sei nº 0860.012952.00212/2026-71

RESOLVE:

Art. 1º Fica homologada a eleição da presidência e vice-presidência do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado do Acre, conforme a